

Uma comunidade que lembra: as comemorações do 85º aniversário do 18 de janeiro na Marinha Grande

A community that remembers: the celebrations of the 85th anniversary of the 18th of January in Marinha Grande

Enviado em: 30/09/2020

Aceito em: 05/12/2021

Cristina Nogueira ¹

Resumo

Passados 85 anos da greve geral de 18 de janeiro de 1934 muitas dezenas de pessoas concentram-se junto ao cemitério na Marinha Grande. Entre estes um vidreiro, com a indumentária, a bicicleta, a cesta do almoço e o frasco do vidreiro, onde levavam o vinho para o almoço, como se usava naquele dia, há 85 anos. Dentro do cemitério os dirigentes do sindicato leem uma lista e indicam a quem os acompanha os nomes de todos aqueles que ali estão sepultados e que participaram na ação insurrecional. Em todas as campas são colocadas flores. Cravos vermelhos! Como pode um acontecimento destes ser, passado tanto tempo, objeto de recordação de uma comunidade e de que forma é que esta memória coletiva se tornou um emblema comunitário é o pretendemos equacionar.

Palavras-chave: Greve; Comemoração; Memória coletiva.

Abstract

After 85 years of the general strike of January 18, 1934, many dozens of people gather near the cemetery in Marinha Grande. Among these, a glassmaker, with the clothes, the bicycle, the lunch basket and the glassware bottle as used that day, 85 years ago. Inside the cemetery, union leaders read a list and indicate to those who accompany them the names of all those who are buried there and who participated in the insurrectional action. Flowers are placed in all graves. Red carnations! How can such an event be, after so much time, the object of remembrance of a community and how this collective memory has become an emblem of this community is what we intend to address.

Keyword: Strike; Celebration; Collective memory.

1 - Doutorada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Investigadora do Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa

18 de Janeiro de 2019. Marinha Grande, uma vila de matriz operária e com reputação na História da resistência em Portugal. 10h00.

Várias centenas de pessoas concentram-se junto à porta de um dos cemitérios da cidade. Montado numa bicicleta, vestido como há 85 anos atrás, com o frasco do vidreiro e o farnel, alguém tenta recriar o ambiente da Marinha Grande muitos anos antes.



Figura 1 - vidreiro vestido como em 1934

Seguindo uma grande bandeira do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Vidreiras a multidão entra no cemitério e percorre várias campas previamente assinaladas pelo sindicato. Em cada uma dessas campas a presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Industrias Vidreiras depõe um ramo de flores. Cravos, como não poderiam deixar de ser. Vermelhos, claro!²

2 - Os cravos vermelhos simbolizam a revolução de 25 de abril de 1974 que pôs fim a 48 anos de ditadura em Portugal.



Figura 2 - Campa assinalada para se saber onde deverão ser colocadas as flores.

A multidão tinha vindo de outro cemitério da cidade: Casal Galego.

Os nomes dos homenageados foram lidos de uma lista e também a situação se repetiu. Em cada uma das campas foram colocados 6 cravos vermelhos. Cravos, símbolo da revolução, em campas de quem não chegou a ver, mas que pereceu a lutar por ela. No final da romagem houve uma concentração e evocação de todos ao que foram presos em 1934. Na totalidade foram 40 os homenageados.



Figura 3 - Ramo de cravos numa das campas do cemitério.

Seguiu-se a manifestação com o lema “Ontem e Hoje, a Luta pelos Direitos”, que culminou na Praça do Vidreiro com um comício com a presença do secretário geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - CGTP.³



Figura 4 - Aspeto da manifestação.

O programa das comemorações do 85º aniversário da revolta de 18 de janeiro estendeu-se por vários dias e teve teatro, uma exposição, jantar convívio, um espetáculo musical para além da corrida do Vidreiro, da romagem aos dois cemitérios (Casal Galego e Marinha Grande) e da manifestação pelo centro da cidade. O que faz um acontecimento desconhecido ou esquecido da maior parte dos portugueses, assumir esta dimensão na Marinha Grande?

Muito se tem escrito em Portugal em torno da revolta de 18 de janeiro de 1934. Não é nosso objetivo centrar-nos neste acontecimento até porque outros já o fizeram, de forma muito mais esclarecida e sabedora. Contudo, convém apenas referir, para nos situarmos, que o movimento que ficou conhecido como “greve de 18 de janeiro de 1934” surgiu como resposta do movimento operário à corporativização dos sindicatos e à tentativa de aniquilamento do sindicalismo operário livre, no início do “Estado Novo” em Portugal. De acordo com a exposição “Quando Amanhecerá Camaradas?”,

3 - A CGTP é a principal central sindical portuguesa.

aberta ao público a 18 de janeiro de 2019, a greve geral revolucionária eclodiu no Porto, Anadia, Coimbra, Regueira de Pontes, Vieira de Leiria, Leiria, Arrabal, Marinha Grande, Pataias, Martigança, Alcobaça, Alto do Ulmeiro, Vila Franca de Xira, Póvoa de Sta. Iria, Poço do Bispo, Xabregas, Braço de Prata, Montijo, Barreiro, Chelas, Cacém, Lisboa, Benfica, Almada, Alfeite, Cova da Piedade, Cacilhas, Trafaria, Vendas Novas, Campo Maior, Elvas, Terrugem, Vila Boim, Silves, Funcheira, Portimão, Algós e Tunes. Na Marinha Grande a revolta tomou outras proporções e adquiriu outro impacto! João Vaconcelos (2015:163) refere que todos os pontos estratégicos da vila foram tomados pelos revoltosos: a estação dos correios e telégrafos, o posto da GNR, são obstruídas estradas e outras vias de acesso à Marinha Grande, é reaberto o Sindicato dos Operários Vidreiros fechado durante cinco meses. Citando um relatório de José Gregório⁴ acrescenta que são dados vivos à classe operária, ao Sindicato, à Internacional Comunista, à URSS e ao Partido Comunista Português. Esta alegria da vitória foi efémera!

De acordo com o mesmo autor a Marinha Grande viria a ser ocupada pela Polícia, Guarda Nacional Republicana, Artilharia Ligeira nº7, Caçadores nº2, um Esquadrão de Cavalaria da Escola Prática de Torres Novas e pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Até a aviação sobrevoa a vila e o pinhal. As consequências vão ser desastrosas para o movimento operário. Prisões, despedimentos, fugas, deportações é o que acontece nos dias seguintes. O movimento operário levaria muito tempo para se refazer desta investida repressiva.

O “18 de janeiro de 1934” é hoje ignorado pela maioria da população portuguesa. Não faz parte dos programas de história no ensino secundário, não é notícia nos grandes meios de comunicação social. É, quando muito, um artefacto do passado que, por ter tido por ator e autor o movimento operário, não faz parte da memória social.

A memória social é aqui entendida como aquela que se sobrepõe às várias memórias coletivas, e que é mais do que a soma destas, pois pressupõe um exercício

4 - José Gregório nasceu a 19 de março de 1908 na Marinha Grande. Operário vidreiro começou a trabalhar aos 8 anos. Em 1931 participa na constituição do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Vidro e adere ao Partido Comunista em 1933, tendo participação ativa na organização da greve de 18 de janeiro na Marinha Grande. É preso e desempenha um papel destacado no PCP, nomeadamente na montagem da tipografia clandestina do jornal “Avante!”. Entre 1943 e 1956 faz parte do Secretariado do Comité Central do PCP. Em 1961 faleceu em Praga.

de poder. É aquela que permite uma imposição das versões hegemônicas e que dilui, silencia ou interdita as versões dos grupos vencidos sob os consensos dominantes.

Contudo, não fazendo parte da memória social, integra a memória coletiva da população da Marinha Grande, ou seja, e de acordo com Halbwachs (1997) surge como o resultado de uma dialética entre o passado e o presente, ajustando-se às sucessivas e distintas configurações que resultam das alterações sociais, políticas e económicas. É conservada pelos grupos, estando associada a determinados quadros sociais (Halbwachs, 2004) e sempre construída a partir do presente. Para Jacques LeGoff “a memória coletiva assume um papel importante na luta das forças sociais pelo poder. Dar conta da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos, os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (1988:109). Na Marinha Grande esse esquecimento não aconteceu!

Para Fátima Patriarca, uma das autoras que de forma mais persistente estudou a greve de 18 de janeiro de 1934, a chave para a perpetuação deste acontecimento na memória coletiva do povo da Marinha Grande, e por outro lado, o esquecimento do mesmo acontecimento em locais como Almada ou Silves deve-se à atitude imediata dos comunistas que “mais rápidos nos reflexos, são os primeiros a reagir. Proclamam que o «18 de Janeiro» não foi uma derrota, mas uma vitória. E uma vitória do Partido Comunista Português. E reclamam, obviamente, a Marinha Grande, «um caso completamente positivo da acção proletária» e «fertilíssimo em ensinamentos para o proletariado nacional». A Marinha Grande teve grande influência do Partido Comunista Português (PCP) na organização e execução da greve, tendo em Silves ou Almada a influência sido predominante dos anarco-sindicalistas. Estes não conseguiram construir uma narrativa da greve e de acordo com Patriarca são “estas duas atitudes — uma triunfante, outra infeliz [que] vão, por assim dizer, cristalizar-se no tempo e estar na origem do papel que posteriormente vai ser atribuído a comunistas e a anarco-sindicalistas, à Marinha Grande ou a Almada e Silves.

A mesma autora considera que “muitos anos depois, quando, a partir do 25 de Abril, a batalha em torno da apropriação da memória atinge o seu auge, estas duas atitudes repetem-se, com os comunistas, vitoriosos, a celebrarem e a exaltarem o seu «18 de Janeiro» e com os anarco-sindicalistas de novo, em tom não menos infeliz, a contestarem o abuso das celebrações comunistas e a serem de novo incapazes de produzirem uma narrativa e a valorizarem os trunfos que possuíam”.

Não é objeto desta comunicação a discussão em torno da apropriação da memória nem os conflitos que isso originou sobretudo nos anos imediatamente posteriores ao 25 de Abril de 1974, contudo esta explicação de Fátima Patriarca interessa-nos por que pode trazer alguma luz sobre a perpetuação da memória do 18 de janeiro na Marinha Grande.

Na esteira de Traverso consideramos que a memória do “18 de janeiro de 1934” é uma “memória fraca”, mas que se tornou uma “memória forte”, e por isso visível na Marinha Grande. Parece-nos que, para além da explicação adiantada por Fátima Patriarca, a isto não será por certo estranho o impacto que este acontecimento teve na comunidade e na vida de cada um. Assim se compreende que os relatos do acontecido, em oposição a uma memória hegemónica e institucional, tenham perdurado, passado de boca em boca, contado de pais a filhos e depois a netos. É sobre esta memória que a comunidade adquire sentido, pois como refere Traverso é a memória – quer dizer, as representações colectivas do passado tal como se forjam no presente que estrutura as identidades sociais inscrevendo-as numa comunidade histórica e dota-as de sentido, quer dizer, de um conteúdo e de uma direcção” (2007:16).

Não será também alheia a esta “memória forte” do acontecimento o papel do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Vidreiras. Associámos um sindicato ao presente e ao futuro e muito dificilmente ao passado. Um sindicato tem por missão lutar por melhores condições laborais para os trabalhadores, seus associados no presente, mas neste caso o Sindicato soube ligar passado/presente/futuro, associando a memória da luta à luta atual que se tem de travar. É significativo desta linha de continuidade o lema da manifestação “Ontem e hoje, a luta pelos direitos”, ou a intervenção de Etelvina Rosa, presidente do Sindicato, que afirmou que não é possível ficar apenas pela homenagem, porque continuam a existir hoje gritantes desigualdades sociais.

Alain Touraine diz que “se admitimos que a memória é uma força de resistência e uma ferramenta para a construção do actor como sujeito, é preciso dar um passo mais e dizer que a memória está melhor dirigida ao porvir do que ao passado. O fio que conduz o passado ao porvir protege o ator contra as forças que tendem a moldá-lo segundo as normas e hierarquias dominantes” (2002:202). Foi isto que fez o Sindicato dos Trabalhadores Vidreiros: soube dirigir a memória ao porvir, fazer dela resistência e transformá-la numa ferramenta de lutas presentes. É isso que faz quando ano após ano evoca a greve revolucionária. Como refere Paula Godinho “no eixo do tempo, é

preciso conhecer para trás e viver e transformar para a frente (...) a sociedade precisa de uma memória que nos liberte, no sentido da esperança” (2014:211). Esta esperança é dada pela evocação de lutas que mesmo que não tenham sido vitoriosas mostram que em situações de grande dificuldade é sempre possível agir. Mostram que, tal como nos diz Saramago há um momento na vida de cada um de nós “em que tivemos de ‘inventar’ uma razão para mudar a vida, uma razão maior que nós, uma razão capaz de nos transportar aonde não nos levaria a rotina do quotidiano” (2018:182-183) Esse momento que transforma a nossa vida pode muito bem ser o momento em que pretendemos transformar o mundo que nos rodeia. Foi isso que aconteceu com os 40 grevistas evocados pelo Sindicato na manhã de 18 de janeiro de 2019.

A ação do Sindicato em defesa da memória do 18 de janeiro é tal que conseguiu inscrever no Contrato Coletivo de Trabalho esta data como feriado para todos os trabalhadores vidreiros. É feriado não só para os trabalhadores vidreiros da Marinha Grande, mas para os de todo o país. Como explicou a sindicalista Fátima Messias no comício de 18 de janeiro deste ano “são diversas as empresas do sector, onde este é um dia feriado. Muitos trabalhadores trabalham, ainda assim, neste dia, uma vez que se trata de um sector que implica laboração contínua, mas nesses casos “o dia é pago a dobrar”. É particularmente significativo que numa altura em que há regressão de muitos direitos conquistados e, nomeadamente com a intervenção da Troika, composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia houve abolição de feriados, que este tenha sido um feriado que continuou a existir para os trabalhadores vidreiros.

A ação sindical em torno da memória inscreve-se na comunidade e a pressão sentida leva a que os poderes instituídos inscrevam na cidade a memória da greve. Foi assim com o monumento à revolta do 18 de janeiro de 1934, em 1989, promovido pela Câmara Municipal e da autoria do escultor Joaquim Correia.



Figura 5 - Monumento de homenagem à revolta numa das principais praças da Marinha Grande.

Foi assim também em 2008 quando foi inaugurada a Casa-Museu em Casal Galego, a casa onde a revolta foi preparada e simultaneamente foi assinado um protocolo de geminação entre a Marinha Grande e Tarrafal em Cabo Verde para onde foram enviados na sequência da revolta 57 pessoas para o Campo de Concentração.



Figura 6 - Casa Museu 18 de janeiro.

A Marinha Grande é hoje uma comunidade que lembra a revolta de 18 de janeiro de 1934. Vários são os motivos que podem estar na origem da “memória forte”

desta comunidade, em contramão às ideias hegemônicas que escondem, esquecem e obliteram a memória dos acontecimentos protagonizados pelo povo e pela classe operária, contudo parece-nos de extrema importância na preservação desta memória o papel do Sindicatos dos Trabalhadores das Industrias Vidreiras que ano após ano, de forma persistente lembra, evoca, comemora... liga passado ao presente e ao porvir e constrói a identidade de uma comunidade, pois tal como refere Umberto Eco “é a memória do passado que nos diz porque somos o que somos e que nos confere a nossa identidade” (2002: 185).

Referências Bibliográficas

ECO, Umberto. Preâmbulo à Obra de AAVV “Sólo puede construirse el futuro sobre la memoria del pasado?” in BARRET-DUCROQ, Françoise (Dir.) *Por qué recordar?*. Barcelona: EdicionesGranica, 2002.

GODINHO, Paula. “A violência do olvido e os usos políticos do passado: lugares de memória, tempo liminar e drama social” in GODINHO, Paula (Coord.) *Antropologia e Performance. Agir, Atuar, Exibir*. Castro Verde:100Luz, 2014.

GOFF, Jacques. *Le Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 2004.

PATRIARCA, Maria de Fátima. “O «18 de Janeiro» uma proposta de releitura” in *Análise Social, VOL. XXVIII, 1993*.

SARAMAGO, José. *Último Caderno de Lanzarote*. Porto: Porto Editora, 2018.

TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

TOURAINÉ, Alain. “Memoria, historia, futuro” in BARRET-DUCROQ, Françoise (Dir.) *Por qué recordar?*. Barcelona: EdicionesGranica, 2002.

VASCONCELOS, João. *O 18 de janeiro de 1934. História e Mitificação*. Albufeira: Arandis Editora, 2015.